DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA DO(A) ESTUDANTE EM RELAÇÃO AOS PAIS E/OU RESPONSÁVEL[1]

Eu, _____
(nome do pai/mãe ou responsável)
documento de identificação nº_____, órgão expedidor_____, UF_____, CPF nº _____, residente na (rua, av., etc.)_____, nº___, complemento_____, bairro:_____, no município de _____, CEP_____; endereço de e-mail _____ e telefones para contato (___)_____, (___)_____, **declaro[2]** que não contribuo, periódica ou esporadicamente, com dinheiro em espécie, pagamento de aluguel, alimentos, passagens, pensões, vestuário, entre outros à _____*(nome do(a) estudante)*, desde_(mês)/_(ano).

Declaro, ainda, inteira responsabilidade pelas informações contidas neste instrumento, estando ciente que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam na exclusão do(a) estudante(a) acima relacionado de participar do presente Edital referente a Política de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bem como a possibilidade de responsabilização administrativa, civil e/ou criminal.

Local e Data:_____,_____/_____/_____.

_____
Assinatura do(a) Declarante (pai/mãe ou responsável)

REFERÊNCIAS PARA POSSÍVEL CONTATO[3]:
Referência 1

Nome Legível:_____

RG:_____CPF:_____Telefone:( )_____

Referência 2

Nome Legível:_____

RG:_____CPF:_____Telefone:( ) _____

---

[1] O estudante deverá providenciar uma declaração para cada um dos pais/responsáveis ou justificativa pela ausência, utilizando neste último caso a Declaração V (diversas situações).
[2] De acordo com o Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), art. 299, em caso de falsidade ideológica, que se constitui em: "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante" está sujeito a "Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular".
[3] Devem ser preenchidas todas as informações das pessoas de referência 1 e 2, não sendo permitido constar como referência nesta declaração: familiares (pai, mãe, filho(a), sogro(a), irmão(ã), cunhado(a), cônjuges e companheiros(as)) das pessoas que se beneficiam da declaração; e os menores de 18 anos ou incapazes.